# A participação dos servidores na Assembléia Nacional Constituinte

Agaciel da Silva Maia

A Constituição Federal vigente, de 05 de outubro de 1988, completa vinte anos como um marco na cidadania brasileira. Nestes vinte anos, ela já passou por várias emendas e adequações às novas e cambiantes realidades. Embora os parlamentares sejam os principais protagonistas históricos do processo legislativo constitucional, há que se reconhecer a importância do assessoramento e do suporte prestado pelos servidores de ambas as Casas do Congresso Nacional, para o êxito na missão de dar ao País uma Carta Política centrada na democracia e destinada a servir de pilar para o crescimento econômico com justiça social.

De fato, a participação de diversos órgãos administrativos do Senado Federal, no auxílio aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, está bem documentada, como nos Anais do Seminário *A nova Constituição e as Constituições Estaduais*, realizado em abril de 1988, na Câmara dos Deputados. Assim, evidencia-se a participação da Subsecretaria de Análise do Senado Federal (atualmente Subsecretaria de Informações, voltada para a prestação de informações acerca da legislação federal e das proposições na Casa), já então responsável pela manutenção dos bancos de dados de informações legislativas.

Em conjunto com o PRODASEN (Centro de Informática e Processamento de Dados, atualmente Secretaria Especial de

Informática do Senado Federal), e com os órgãos congêneres da Câmara dos Deputados, a Subsecretaria de Análise realizava as pesquisas e as consolidações de dados demandados pelos Senadores e Deputados, justamente para subsidiar as discussões da Assembléia Constituinte. As informações de natureza jurídica, econômica, e outras, geradas nesse processo, transformaram-se em ferramentas indispensáveis para a normatização constitucional. Não fosse o preparo técnico dos servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aliado ao parque tecnológico adequado do Poder Legislativo, não teríamos construído um texto constitucional tão rico e condizente com as necessidades históricas daquele período.

Bastante destacado foi o esforço adicional do Centro Gráfico do Senado Federal, conhecido, hoje, como Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP, uma vez que à publicação corriqueira dos avulsos relativos à legislação infraconstitucional somava-se toda a produção concernente aos trabalhos da Constituinte, como o *Jornal da Constituinte*. A primeira emenda de iniciativa popular, com mais de trinta mil assinaturas, vinda de Salvador, pedindo um recanto para os aposentados, foi dada a conhecer nas páginas desse *Jornal*. Vale mencionar que se somaram a essa mais cento e vinte emendas populares. É graças ao trabalho do Centro Gráfico do Senado Federal que se materializava o dia-a-dia das discussões e das deliberações da Assembléia Constituinte. Com isso, os servidores já estavam contribuindo para a consolidação de um dos mais importantes preceitos constitucionais, relacionado diretamente com a cidadania: o direito à informação.

Vários outros órgãos da Casa também foram imprescindíveis na prestação de informações confiáveis e relevantes para o processo decisório dos constituintes. Cumpre mencionar, por exemplo, a Subsecretaria de Edições Técnicas, com trabalhos comparativos de constituições passadas, de outros países ou, até mesmo, de entes subnacionais. Não se pode esquecer, tampouco, da Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal, que tornou acessível aos Senadores Constituintes as principais publicações, nas áreas do Direito, Economia, Sociologia, Ciência Política, apenas para citar algumas, sob a perspectiva da elaboração de uma nova constituição federal capaz de equacionar as inúmeras e diversas expectativas dos brasileiros.

Para explicar a Constituinte, o programa radiofônico *A Voz do Brasil* transformou-se na *Voz da Constituinte*. Editada permanentemente pela Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal, em conjunto com a Câmara dos Deputados, essa verdadeira cartilha eletrônica, transmitida em cadeia nacional de rádio, ganhou mais duas transmissões diárias de cinco minutos cada, além de uma equipe de nove profissionais cedidos pela Radiobrás.

Como relatam os jornais da época, juntamente com os líderes e as figuras de destaque da Assembléia Constituinte, a equipe de 1400 servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados teve uma participação bastante significativa. Uma das tarefas mais importantes da Assembléia Constituinte foi, justamente, a de selecionar quais temas iriam centralizar as discussões à época. As assessorias, portanto, foram divididas em áreas temáticas, como o grau de intervenção do Estado na economia, o uso e a destinação de terras, os sistemas de governo, além da política de segurança nacional. Para dar parecer às mais de 22 mil emendas apresentadas ao substitutivo do Relator, então Deputado Bernardo Cabral, os assessores técnicos elaboraram, por dia, uma média de 210 pareceres cada. As áreas que demandaram mais pareceres foram as de direitos individuais, ordem social e de sistema tributário.

Durante os vinte meses de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, os serviços médicos do Senado e da Câmara funcionaram em plantão perma-

nente, atendendo às demandas vinculadas ao trabalho de elaboração constitucional. Parlamentares, servidores administrativos e jornalistas credenciados foram atendidos, habitualmente, ao longo dos debates daquele período. Esses esforços de médicos, enfermeiros, pessoal de laboratório e todos que integravam as equipes de apoio formaram um exemplo concreto de como os constituintes concebiam a saúde, um dos direitos sociais mais importantes do texto constitucional.

À época, as equipes de servidores das duas Casas do Congresso Nacional já se ocupavam da preservação da memória, para que as gerações futuras pudessem ter acesso às informações relativas a todo o processo de construção da nossa Carta Política. Esse trabalho é de extrema relevância histórica, mas também se presta a subsidiar a resolução de impasses jurídicos sobre normas constitucionais. A preservação dos registros da Constituinte, nesse contexto, pode esclarecer os sentidos originais dos dispositivos da Lei Maior, bem como as finalidades perseguidas pelo legislador. Naquele momento, nasceu o projeto História Oral – que não se confunde com o Projeto de História Oral do Congresso Nacional – cujo objetivo principal era a formação de um acervo de depoimentos para complementar outras formas de registros, dirigidos para os futuros pesquisadores das mais diversas áreas. Ali estão preservados depoimentos, entrevistas e comentários de constituintes de várias agremiações políticas e de personalidades da República.

Todo esse trabalho de registro requereu a participação dos profissionais da área de taquigrafia. Coube aos valorosos taquígrafos da Constituinte a transformação em sinais gráficos de milhões de palavras, sempre com rapidez e fidelidade, de debates e votações ocorridos ao longo de 20 meses, nas 8 comissões temáticas e nas 24 subcomissões. Ressalte-se que essa missão foi cumprida, sem deixar de lado as tradicionais tarefas do Senado e da Câmara dos Deputados. Para esses fins, foram mobilizados 135 servidores, dos quais 80 eram taquígrafos.

Os engenheiros e os arquitetos do Senado e da Câmara foram os grandes responsáveis pela criação de espaços compatíveis com as necessidades da Constituinte de 1988. Merece destaque a competência desses profissionais, que tiveram de encontrar soluções para que, num curtíssimo prazo, fosse possível abrigar as comissões temáticas, as subcomissões, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, as lideranças partidárias e as vice-lideranças, além das equipes de imprensa que cobriam diariamente os debates e as votações. Graças aos engenheiros e arquitetos, foram promovidas a modernização do sistema de votações, a reestruturação da telefonia, além de mudanças importantes, por exemplo, na iluminação, nos sistemas de ar-condicionado e ventilação e nas vagas de estacionamento.

Trago tais relatos a esta edição histórica com a finalidade de prestar uma homenagem sincera às servidoras e servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que colaboraram na feitura da nossa atual Constituição da República. Constituintes tomados pelo espírito democrático tiveram a assessoria competente de mulheres e homens que muito orgulham o Legislativo federal. A qualidade técnica do corpo de servidores da Constituinte foi expressamente reconhecida, pelo então Primeiro Secretário da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Marcelo Cordeiro, conforme depoimento abaixo, publicado no Jornal da Constituinte:

> "Aspecto dos mais expressivos do processo de elaboração legislativa dentro da Constituinte é o trabalho que vem sendo desenvolvido exclusivamente por funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A diretriz nesse sentido adotada pela Mesa da Assembléia, além de economizar recursos, permitiu constatar,

mais uma vez, a alta qualidade dos trabalhos que os servidores do legislativo podem desenvolver, evidenciando que esse funcionalismo não está subalterno a rotinas burocráticas, mas, pelo contrário, é capaz de, sem nenhum treinamento prévio, assimilar métodos, funções e atividades novas. É isso que estamos observando no desempenho dos funcionários legislativos, frente aos desafios da Assembléia Nacional Constituinte. Não podemos deixar de registrar o papel que homens como Paulo Affonso, Adelmar Sabino, Hélio Dutra, na Câmara , e Nerione Cardoso, no Senado, entre muitos outros que me dispenso citar para não incorrer no erro de omissão, estão desempenhando para garantir à Constituinte o apoio logístico de que necessitamos, a fim de levar esta Assembléia histórica ao seu destino. Quero, nesta oportunidade, deixar claro o agradecimento a todos os servidores que, com seu trabalho, estão dando exemplo de competência e patriotismo."

Estou certo de que, no instante em que estamos comemorando os vinte anos da Carta-Cidadã de 1988, todos reconhecem esse trabalho, muitas vezes silencioso, dos servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Na condição de Diretor da Gráfica do Senado, à época da Constituinte, e de atual Diretor-Geral do Senado da República, é minha obrigação resgatar essa memória, prestigiando as mulheres e os homens com quem trabalhei e continuo trabalhando, que deram e continuam a dar o melhor de si, junto com os constituintes e os congressistas, para a construção de uma constituição a mais bem adequada possível às necessidades do nosso País.

Pude, portanto, acompanhar a produção do texto original, assim como os seus desdobramentos. É que, com a promulgação da Constituição e o fim dos trabalhos constituintes, resgatou-se a condição do cidadão. Mas a atividade de concretizar as promessas constitucionais realiza-se a cada dia, em cada um de nós. E assim é o Senado Federal, uma instituição que cada vez mais se aperfeiçoa política e administrativamente, graças à determinação de sua Mesa Diretora e ao empenho do seu valoroso quadro de servidores, uma referência que orgulha toda a Administração Pública brasileira.